

FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2018

Direitos reservados para Letras & Diálogos,
uma empresa Editorial Presença,
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

Título original: *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal*

Autor: *Abílio Pires Lousada*

Copyright © Abílio Pires Lousada, 2018

Copyright © Letras e Diálogos 2018

Revisão: *Caligrama — Produção Editorial*

Imagens da capa *AKG/fotobanco.pt e SZ/fotobanco.pt*

Capa: *Vera Espinha/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8871-66-4

Depósito legal n.º 447 050/18

1.^a edição, Lisboa, novembro, 2018

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
I – NAÇÃO VALENTE.....	15
SÃO MAMEDE (1128) — Fora com os Galegos	17
CEUTA (1415) — Pia batismal	24
GUARARAPES (1648-1649) — Vaca leiteira	33
PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA (1808) — Cruzes, canhoto!.....	42
II – ARTE E ENGENHO.....	51
LISBOA (1147) — Entre o céu e a terra	53
DIU (1509) — Bujarda de raiva	60
LINHAS DE TORRES (1810) — Cabeçada na parede	72
III – SURPRESAS TÁTICAS	79
ALJUBARROTA (1385) — Abraço mortal.....	81
MONTES CLAROS (1665) — Fim de citação	91
BUÇACO (1810) — Na ponta da baioneta	100
IV – ESQUEMAS E ESTRATAGEMAS.....	109
SANTARÉM (1147) — Pela calada da noite	111
CAMPO DA SALGA (1581) — Aí vai boiada	115

LOANDA (1648) — Somos muitos!	124
LINHAS DE ELVAS (1659) — Pelo buraco da agulha	134
V – ATOS DE BRAVURA	145
SALADO (1340) — Gestos d’amor	147
CHAVES (1809) — Jogo do gato e do rato.....	156
CHAIMITE (1895) — Gungunhana	165
NAMBUANGONGO (1961) — Depois de mim	176
VI – PLANOS MAL MEDIDOS.....	187
ALFARROBEIRA (1449) — Ora fartar, rapazes	189
TÂNGER (1437) — Mais olhos que barriga	199
GUERRA DE IRMÃOS (1828-1834) — Sobranceria caceteira	209
PLANALTO DOS MACONDES (1970) — Pontapé no vespeiro	220
VII – AZAR DOS AZARES	231
SALTES (1381) — Morder o isco	233
ALCÁCER-QUIBIR (1578) — Suster, suster	242
LA LYS (1918) — Emalar para abalar.....	254
VIII – FEITOS E PROPAGANDA?.....	267
OURIQUE (1139) — Com este sinal vencerás.....	269
ARZILA E TÂNGER (1471) — Pano para mangas.....	278
CABO MATAPÃO (1717) — Rei-sol à portuguesa	287
IX – QUARTELADAS NO SÉCULO XX.....	297
INSURREIÇÃO REPUBLICANA (1910) — Onde param	
os monárquicos?.....	299
DE BRAGA A LISBOA (1926) — Entrar nos eixos.....	309
REVOLTA DO MFA (1974) — Puros e espúrios	319
BIBLIOGRAFIA	333

INTRODUÇÃO

A História, a par da Língua, é um importante vínculo patrimonial. Se «a língua», como escreveu Fernando Pessoa, «é a nossa Pátria», enquanto elemento aglutinador da portugalidade, a História é o repositório memorial da coletividade portuguesa, onde repousa o legado inapagável dos «egrégios avós». A Língua é o nosso bilhete de identidade civilizacional, a História a cédula patrimonial universal.

A História de Portugal representa uma biblioteca compilada ao longo de 900 anos, que incorpora o nosso contributo para a obra comum da humanidade, onde desfilam acontecimentos políticos, militares, sociais, económicos, culturais e religiosos, cultivados na Europa, na savana africana ou no sertão sul-americano, nos mares interiores ou nos grandes oceanos, indo «além da Taprobana». Enfim, inúmeros acontecimentos notáveis, alguns eclipses trágicos e uns quantos momentos de reflexão, que importa ler para conhecer, estudar para compreender e analisar para prever e prover. Afinal, o estudo da História constitui um poderoso meio de educação, perpetuando as virtudes dos povos e a continuidade da ação de cada um na senda da sua missão patriótica. Portugal não pode parar!

A História Militar marca presença indelével em cada um dos tomos da nossa História. De facto, se Portugal é obra de estadistas e diplomatas, que definiram e argumentaram, de comerciantes e aventureiros, que negociaram e se relacionaram, religiosos e pensadores, que evangelizaram e cultivaram, de agricultores e pescadores, que alimentaram e sustentaram, também o é de soldados e de marinheiros, que

guerrear e marearam, protegendo com o seu sangue as obras da comunidade. Efetivamente, a História das Instituições Militares funde-se com o Estado-Nação e o Mundo Português assentou no feito de armas do «Portugal militar», definindo os grandes momentos e as suas balizas cronológicas.

Desta forma, os marcos históricos apresentam guerras, batalhas e combates, terrestres e navais, travados para defesa de soberania, expansão territorial, garantia de acordos de parceria, procura de prestígio ou de contradições internas. Assentam em glórias memoráveis, desaires incompreensíveis e ilusões de mudança de regime, que desfiam à nossa frente chefes militares, soldados e marinheiros, armamento, equipamento e estandartes, aquartelamentos, estacionamentos e ordens de marcha, organização, doutrina militar e mentalidade corporativa, metodologia de emprego de forças, dispositivos de batalha e tipologia de operações. Clausewitz escreveu que a guerra é feita de racionalidade pura (poder político), paixão e ódio (populações), probabilidades e acasos (forças militares). A esta estrutura da guerra acrescentamos os meios técnicos, que influenciam a delimitação dos objetivos traçados pela direção política e a conduta operacional desenvolvida a nível militar.

Assentando nesta matriz conceptual, o livro está organizado em nove capítulos temáticos abrangendo 31 episódios: «Nação Valente»; «Arte e Engenho»; «Surpresas Táticas»; «Esquemas e Estratagemas»; «Atos de Bravura»; «Planos Mal Medidos»; «Azar dos Azares»; «Feitos e Propaganda»; «Quarteladas no Século XX». Cada episódio tem um título que o caracteriza e cada título tem uma entrada textual que o especifica. Entendemos que este modelo de análise capta mais facilmente a atenção do leitor que, assim, pode ler e acompanhar cada momento político-militar e sociopolítico à medida dos seus interesses históricos, das suas paixões literárias ou de necessidades de pesquisa académica. Por essa via, os acontecimentos não percorrem uma linha cronológica, apesar de o leitor o poder fazer, saltando a leitura a seu bel-prazer.

Este é um livro de História Militar de Portugal que tem nas guerras e nas batalhas um ponto de partida para análise de um conjunto de decisões políticas que as provocam, de posturas do estrato social que as acicata e dos desenvolvimentos do vetor militar que as conduz, e onde se procura uma abordagem crítica face a pressupostos históricos estabelecidos e recordar pontos de curiosidade esquecidos. É obra de

professor, resultante de aulas ministradas ao longo de anos em escolas militares, sessões vertidas em contexto académico, palestras debatidas em ambientes de seminário ou de tertúlia social e textos publicados em conformidade. E é de historiador, que harmoniza, sem academismo presunçoso, o acervo histórico-militar passado ao papel. No fundo, o que apresentamos é um ensaio escrito com paixão de cidadão, escorado na razão historiográfica, não circunscrito à «coisa militar» e para o cidadão-leitor que procura conhecimento e lazer. O que nos move é Portugal e a sua identidade perene.

Tem ainda a pretensão de servir de ponto de partida para ensaios aprofundados de cada um dos momentos específicos vertidos em cada grupo temático. A bibliografia, dividida em geral, consultada e em específica de referência, é extensa e tem essa finalidade, fundamentar o presente trabalho e facilitar investigações futuras. A verdade histórica não existe, mas a honestidade intelectual é um dogma e a partilha de conhecimento o mandamento.

Alguns dos textos foram colocados nas mãos e na lente crítica de um grupo de amigos que se dispuseram ao labor de os lerem, apreciarem e tecerem sugestões, cuja pertinência conduziu a ponderações de conteúdo, apuro da prosa e ligeireza de leitura. Pelo facto, não tenho como lhes agradecer, a não ser gravar os seus nomes: o meu irmão Óscar Lousada, que ilustrou também alguns esquemas, e os compartes António Silva, Fernando Santos, Leonardo Cardoso e Miguel Garcia.

Um último agradecimento à Manuscrito, a quem se deve a iniciativa do formato histórico-militar apresentado.

I

NAÇÃO VALENTE

Paixão e ódio na luta pela Terra Pátria. Em São Mamede, as gentes portugalenses combateram a interferência galega, em Guararapes a diversidade étnica luso-brasileira varreu a intromissão holandesa e na Primeira Invasão Francesa foram os camponeses que se levantaram em armas contra a contusão. Em Ceuta, a Nação crava lança em África e avança com a portugalidade.

SÃO MAMEDE

(1128)

FORA COM OS GALEGOS

A vitória dos Portucalenses em São Mamede afastou D. Teresa da governação, anulou a influência galega dos Trava e colocou o príncipe D. Afonso Henriques à frente dos destinos da terra. 1128 é o ano um de Portugal!

Quando nasceu Portugal?

A pergunta é recorrente e merece ser revisitada. Seguindo o raciocínio de José Mattoso, um Estado funda-se, uma Nação forma-se. O Estado é fruto de uma causa concreta e bem determinada no tempo, que origina uma entidade política que superintende aos destinos de um povo, inserido numa parcela de território. Quanto à Nação, entidade muito mais ampla e complexa do que o Estado, que coloca o assento tónico na história, na cultura e nos valores de um determinado estrato social, é algo que se forma lentamente, aparecendo distendida no tempo. Isto significa que a Nação existe para além do Estado, assentando em bases mais sólidas e duradouras. Infere-se, assim, que a fundação do Estado Português não é coincidente com a formação da sua Nacionalidade.

Não é possível datar a formação da Nacionalidade Portuguesa, que começou a ganhar corpo durante o governo do conde D. Henrique, a partir de 1096, para todo o processo (a)parecer concluído em 1385, ano em que a vitória de Aljubarrota aglutinou um conjunto de premissas políticas, militares, sociais, económicas e de identidade cultural, imprescindíveis para se poder falar em consciência nacional. Mas podemos, eventualmente, recuar a génese identitária até aos Lusitanos,

tal como podemos estender o seu devir para o período da Expansão, quando a portugalidade emerge com todo o seu esplendor.

Relativamente à fundação do Estado Português, sendo certo que tal ocorreu com D. Afonso Henriques, a sua datação é *sui generis* — quatro datas concorrem para a situar temporalmente: (i) a primeira é o 24 de junho de 1128, data da Batalha de São Mamede. Um conjunto de famílias senhoriais de Entre Douro e Minho assumiu o príncipe D. Afonso Henriques como polo congregador, pegou em armas e afastou a tutela da crescente influência dos barões galegos unidos à família dos Trava e apoiantes da condessa-rainha D. Teresa. Vincava-se, por essa via, a individualização geográfica (física e humana) da Terra Portucalense e a fundação de uma unidade política autónoma; (ii) podemos também situar a independência de Portugal, no plano de facto, em 1139, ano da Batalha de Ourique. Depois da concludente vitória contra os mouros, D. Afonso Henriques assumiu, de *motu* próprio, o título *Rex Portucalensium*, cimentado, no ano seguinte, com a vitória e as tréguas de Valdevez, celebradas com Afonso VII de Leão; (iii) a terceira data é 5 de outubro de 1143, relativa ao Tratado de Zamora. O poder de facto, forjado pela força das armas, motivou o reconhecimento da soberania portucalense, pelo reino de Leão, inserta no contexto peninsular, onde passou a dispor de uma política externa própria; (iv) por fim, a Bula *Manifestis Probatum*, passada em Roma pelo Papa Alexandre III, a 23 de maio de 1179. Por essa via, a *Respublica Christiana* concedia ao rei-fundador e a Portugal o estatuto de sujeitos de direito internacional.

A Primeira Tarde Portuguesa

Terá sido Alexandre Herculano, em *O Bobo*, o primeiro autor a assumir São Mamede como o ato iniciador de Portugal. Vale a pena citar o que enalteceu sobre o assunto: «Se na batalha do campo de S. Mamede, em que Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes das do conde de Trava, a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituiríamos provavelmente hoje uma província de Espanha. Mas no progresso da civilização humana tínhamos uma missão que cumprir. Era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo, cheio de atividade e vigor, para cuja ação fosse insuficiente o âmbito da terra pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos

destinos eram conquistar para o cristianismo e para a civilização três partes do mundo, devendo ter em recompensa unicamente a glória.»

Em 1928, no âmbito das comemorações dos 800 anos da Batalha de São Mamede, o historiador e escritor vimaranense Alfredo Pimenta escreveu: «A Batalha de S. Mamede é o nosso grito de independência, é a nossa primeira afirmação de personalidade e de vontade. Vitorioso da hoste estrangeira, Afonso Henriques ergue voo, nas suas legítimas aspirações, e sonha o talhar de fronteiras que é o seu longo reinado.»

Mais recentemente (1992), o historiador José Mattoso assumiu o seguinte sobre a Batalha de São Mamede: «Acontecimento, na verdade, memorável, porque fez explodir a força de um movimento autonomista que havia séculos se gerava nestas terras. Uma vez desabrochado, não cessou de aumentar e se fortalecer até criar esta Nação que tem desafiado os séculos. Assim nasceu a nossa Pátria, a fonte onde aurimos a nossa consciência de pertencermos a uma sociedade com características próprias. Melhor ou pior, temos uma personalidade nacional que se foi formando ao longo dos séculos.»

São Mamede não só precede como motiva todos os movimentos e acontecimentos posteriores. Portugal nasceu em Guimarães, no campo de São Mamede, naquela tarde de 24 de junho de 1128, que o artista Acácio Lino pintou em fresco (1922, sito na Assembleia da República) e batizou com a feliz expressão «Primeira Tarde Portuguesa». Era dia de São João Baptista, santo e profeta que, humildemente, arrepio caminho e deu passagem a Outro maior do que ele (Jesus Cristo), abrindo-se uma era de luz e da pátria celeste. Também agora, D. Teresa, que sulcou os trilhos da autonomia, foi obrigada a conceder o protagonismo vindouro a um predestinado, o filho e príncipe Afonso. Portugal nasceu sob o signo da bem-aventurança, a quem Cristo Ressuscitado concederia armas e proteção em Ourique.

A política portugalense no centro do turbilhão galego-leonês

Até São Mamede, há três acontecimentos relativos a pai, mãe e filho, que merecem ser escrutinados para se perceber o contexto: vinda para a Península Ibérica de Henrique de Borgonha (1096); D. Teresa condessa do Condado Portugalense (1112); D. Afonso Henriques arma-se cavaleiro (1125).

Por méritos de valor guerreiro, nas lutas contra os almorávidas, e de bom administrador das terras que lhe são confiadas, em 1095-1096,

D. Henrique de Borgonha casa com D. Teresa, filha ilegítima de Afonso VI, imperador das Espanhas, e recebe o governo do Condado Portucalense. Entretanto, um pouco antes, e pelas mesmas razões, o borgonhês D. Raimundo casou com D. Urraca, filha do mesmo imperador, recebendo o governo do condado da Galiza. Entretanto, duas mortes vão acicatar o xadrez político da Hispânia: em 1107, de D. Raimundo, pretense candidato ao trono imperial e, em 1112, de D. Henrique, conde de Portucale. A um e a outro sucede-lhes a respetiva mulher; D. Urraca, no primeiro caso, e D. Teresa, no segundo. No meio destas duas mortes, em 1109 fina-se o imperador Afonso VI e D. Urraca assume o trono de Leão e Castela. As duas irmãs vão «travar-se de razões», ao longo dos anos, pelo domínio territorial e protagonismo real, sendo certo que ambas têm nos respetivos filhos o legítimo herdeiro: Afonso Raimundes nos reinos de Leão e Castela (nascido em 1105) e Afonso Henriques no Condado Portucalense (nascido entre 1109 e 1111). É curioso verificar que uma vez atingida a idade adulta, ambos os filhos vão ter que esgrimir argumentos, com as respetivas progenitoras, pelo poder de tutela.

No que respeita à parte portucalense, reza a lenda que D. Henrique, no leito de morte em Astorga, aconselhou o filho com estas pungentes palavras: «Filho toda esta terra que te eu leixo d'Estorga atta alem de Coimbra nom percas ende huum palmo qua eu a ganhey. E filho toma do meu coraçam algum tanto que sejas esforçado e sey conpanheyro a filhos d'algo. E da lhes todos seus direitos. E aos concelhos faze lhes honra. E a guissa como ajam direitos asi os grandes como os pequenos. E por rogo nem por cobiça nom leixes a fazer justiça ca se huum dia leixares de fazer justiça huum palmo em houtro dia se arredara de ti hua braça de teu coraçam. E porem, meu filho tem sempre justiça em teu coraçam.» Palavras fortes e conselhos sábios. Quais eram os limites do território legado? A norte, passava a sul de Tui, de Límia e do território flaviense; a oeste, ia do Minho ao Tejo; a leste estendia-se entre a terra de Panóias, Lamego e seguia uma linha que envolveria o território egitaniense; quanto ao limite sul, o Tejo era o curso que o definia. Acrescente-se que Lisboa estava em poder dos almorávidas e que estes, em 1111, tomaram Santarém.

D. Afonso Henriques tem cerca de três anos e é a mãe, D. Teresa, quem assume a governação. Um magistério pautado pelo engrandecimento do condado e a procura de autonomia face à Galiza, primeiro, e ao próprio reino de Leão, depois. Uma governação exaltante e ambiciosa, que chegou

a medir argumentos políticos e militares com D. Urraca e Afonso VII. Para o efeito, apoiou-se na classe senhorial de Entre Douro e Minho e no arcebispado de Braga. Contudo, a partir de 1121, D. Teresa orienta-se politicamente para a Galiza e firma conluíus com a importante família dos Trava (Pedro Froilaz e os filhos Bermudo e Fernando) e o influente arcebispo de Santiago de Compostela, D. Diogo Gelmires. Tratou-se de uma arriscada cartada política. Para aqueles, a disposição permitia restaurar a monarquia da Galiza. Para D. Teresa, entretanto assumida como rainha, a união de Portucale à Galiza garantia a unicidade do seu estrato populacional e fundamentava a disputa do poder leonês a D. Urraca.

Acontece que tais disposições chocaram com as mais importantes famílias portugalenses, inquietas face à subalternização à Galiza, numa altura em que o condado legado por D. Henrique estava territorial, política e socialmente fundamentado. Pretensões que esbarraram também em D. Paio Mendes, arcebispo de Braga; afinal o arcebispado caminhava para a individualização eclesiástica peninsular, desligando-se da dependência compostelana. A partir do momento que Bermudo e Fernando Peres de Trava se fixam no território portugalense e partilham os negócios da governação do condado, a situação acicata-se. Inclusive, Fernando Trava cinge o governo de Coimbra e terá contraído matrimónio com D. Teresa.

O ano da rutura é 1125. O príncipe D. Afonso Henriques arma-se cavaleiro na catedral de Zamora, à semelhança, aliás, do que fez o primo Afonso Raimundes, um ano antes, em Compostela. Corria o dia 13 de maio de 1125, dia de Pentecostes, quando «tomou de cima do altar as armas militares e vestiu-se e cingiu-se a si próprio diante do altar, como é costume fazerem os reis. Vestiu-se com a armadura como o Gigante, pois era grande de corpo, e cingindo-se a si próprio com as armas para as batalhas». O ato significava determinação em assumir a governação da terra herdada do pai. Mas D. Teresa protelou a situação!

Nesse mesmo ano, algumas casas senhoriais portugalenses (ricos-homens) de Entre Douro e Minho e do Marão antagonizaram-se com a rainha-condessa, destacando-se: os Sousa (Soeiro Mendes «o Grosso» e Gonçalo Mendes), da Maia (Paio Soares), de Ribadouro (Ermígio Moniz, senhor da Terra de Faria, e o irmão Egas Moniz, aio de D. Afonso Henriques), de Lamego, São Martinho, Penafiel, Santa Maria da Feira, Lanhoso e, mais tarde, de Baião (Egas Gosendes e os filhos João e Pedro Viegas) e o galego Sancho Nunes Barbosa.